

NEWSLETTER DIGESTO N.º 5/2017

Disponibilização: 13 de março de 2017

Período abrangido: 27 de fevereiro a 10 de março de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
2. Administração Pública
3. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura e Agropecuária
 - Controlo sanitário
 - Pescas
 - Vitivinicultura
4. Cultura
5. Desenvolvimento Regional
6. Educação
7. Energia
8. Finanças
 - Contribuições e Impostos
 - Questões Orçamentais
9. Fundações
10. Governo
11. Justiça
12. Negócios Estrangeiros
13. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
14. Saúde
15. Segurança Social
16. Transportes

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Mapa n.º 2/2017, de 1 de março](#)

(Administração Interna - Secretaria - Geral)

Publica o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, até ao dia 31 de dezembro de 2016.

[Lei n.º 6/2017, de 2 de março](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da realização de testes, exames médicos e outros meios apropriados aos trabalhadores do Corpo da Guarda Prisional, com vista à deteção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e do consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e de produtos análogos e procede à primeira alteração ao Estatuto do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro.

[Portaria n.º 91/2017, de 2 de março](#)

(Administração Interna)

Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil.

[Lei n.º 10/2017, de 3 de março](#)

(Assembleia da República)

Estabelece a programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

[Portaria n.º 85-A/2017, de 24 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro e pela Portaria n.º 2/2017, de 2 de janeiro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 87/2017, de 27 de fevereiro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece as reduções a aplicar pelo incumprimento da obrigação da declaração da totalidade da superfície da exploração a que se refere o n.º 1 do artigo 72.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

[Portaria n.º 90/2017, de 1 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à quinta alteração à Portaria n.º 55/2015, de 27 de fevereiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 338-A/2016, de 28 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio «Manutenção de raças autóctones em risco», da ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», do PDR 2020.

[Portaria n.º 106/2017, de 10 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 229/2016, de 26 de agosto, que estabelece o regime de aplicação das operações n.ºs 3.4.1, «Desenvolvimento do regadio eficiente», e 3.4.3, «Drenagem e estruturação fundiária», inseridas na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

- **CONTROLO SANITÁRIO**

[Portaria n.º 86/2017, de 27 de fevereiro](#)

(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Fixa as taxas devidas pelos serviços prestados e encargos associados referentes às áreas dos pedidos relativos a limites máximos de resíduos, da colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos e adjuvantes, e da distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional.

- PESCAS

[Portaria n.º 92-C/2017, de 2 de março](#)

(Mar)

Estabelece as limitações à captura e descarga de biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) na subzona IX do Conselho Internacional de Exploração do Mar com o objetivo de gerir a quota disponível ao longo de 2017.

[Portaria n.º 92-D/2017, de 2 de março](#)

(Mar)

Estabelece um regime excecional para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco, relativamente ao previsto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Pesca por Arte de Cerco, aprovado pela Portaria n.º 1102-G/2000, de 22 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 346/2002, de 2 de abril, e n.º 397/2007, de 4 de abril, para o ano de 2017.

[Despacho n.º 1847-A/2017, de 2 de março](#)

(Mar - Gabinete da Ministra)

Estabelece as restrições à pesca da sardinha na costa continental portuguesa até 31 de julho de 2017.

[Despacho n.º 1851/2017, de 3 de março](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ambiente e Mar - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.)

O Conselho Diretivo do IPMA, I. P., atualiza a classificação das zonas de produção de moluscos bivalves vivos em Portugal continental.

- **VITIVINICULTURA**

[Despacho n.º 1774-C/2017, de 24 de fevereiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação)

Fixa, a nível nacional, as regras e os critérios de elegibilidade e de prioridade e os procedimentos administrativos a observar na distribuição de autorizações para novas plantações de vinha para o ano de 2017.

[Portaria n.º 92-B/2017, de 2 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 320/2016, de 16 de dezembro, que estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período de 2014-2018.

4. CULTURA

[Decreto n.º 6/2017, de 1 de março](#)

(Cultura)

Reclassifica como monumento nacional o edifício da Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, no concelho do Porto.

5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[Portaria n.º 105/2017, de 10 de março](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Procede à terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.

6. EDUCAÇÃO

[Deliberação n.º 167/2017, de 10 de março](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura de 2017-2018.

7. ENERGIA

[Despacho n.º 1823-A/2017, de 1 de março](#)

(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Convoca o leilão e respetivos termos e estabelece a remuneração da reserva de segurança prestada ao Sistema Elétrico Nacional através de serviços de disponibilidade fornecidos pelos produtores de energia elétrica e outros agentes de mercado.

[Portaria n.º 92-A/2017, de 2 de março](#)

(Economia)

Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay», nos termos do Anexo I do artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 33/2015, de 27 de abril, e 42/2016, de 28 de dezembro.

[Regulamento n.º 122/2017, de 10 de março](#)

(ENMC - Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E. P. E.)

Procede à segunda alteração do Regulamento n.º 851/2015, de 17 de dezembro, que estabelece os procedimentos de registo e de prestação de informações à Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis (ENMC) pelos intervenientes a tal obrigados, para a elaboração do cadastro centralizado das instalações petrolíferas existentes no Setor Petrolífero Nacional. para incluir os termos do registo dos produtores de biocombustíveis.

8. FINANÇAS

Portaria n.º 89/2017, de 1 de março

(Finanças e Planeamento e das Infraestruturas)

Fixa a forma de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2015 da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2017, de 10 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria a Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Portaria n.º 88/2017, de 28 de fevereiro

(Finanças e Ambiente)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 286-B/2014, de 31 de dezembro, que regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves estabelecendo o regime de circulação entre entrepostos fiscais em suspensão de imposto.

Lei n.º 9/2017, de 3 de março

(Assembleia da República)

Autoriza o Governo a criar o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital.

[Portaria n.º 90-A/2017, de 1 de março](#)
(Finanças)

Aprova os modelos das declarações para exercício das opções previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 135.º-D e do n.º 1 do artigo 135.º-E do CIMI bem como as respetivas instruções de preenchimento.

[Portaria n.º 96/2017, de 7 de março](#)
(Finanças)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 378/2015, de 22 de outubro, que aprova o modelo oficial da Declaração Modelo 48 prevista nos n.ºs 5 e 6 do artigo 10.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e respetivas instruções de preenchimento.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março](#)
(Finanças)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017.

9. FUNDAÇÕES

[Despacho n.º 1811/2017, de 1 de março](#)
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa)

Reconhece a Fundação Oceano Azul.

10. GOVERNO

[Decreto-Lei n.º 26/2017, de 9 de março](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.

11. JUSTIÇA

[Lei n.º 5/2017, de 2 de março](#) (Assembleia da República)

Estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil, alterando o Código Civil aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, e o Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho.

[Lei n.º 8/2017, de 3 de março](#) (Assembleia da República)

Estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 33/2017, de 8 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma que impede a fixação de remuneração de perito em montante superior ao limite de 10 UC, interpretativamente extraída dos n.ºs 2 e 4 do artigo 17.º do Regulamento das Custas Processuais em conjugação com a sua tabela IV.

12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Decreto Regulamentar n.º 1/2017, 27 de fevereiro](#)

(Negócios Estrangeiros)

Fixa as remunerações dos trabalhadores recrutados para exercer funções nos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Panamá, no Cazaquistão e na Guiné Equatorial.

[Aviso n.º 2141/2017, de 28 de fevereiro](#)

(Negócios Estrangeiros - Secretaria - Geral)

Fixa as taxas de câmbio na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de março de 2017.

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2017/A, de 27 de fevereiro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2017

[Parecer n.º 2/2017, de 28 de fevereiro](#)
(Tribunal de Contas - Secção Regional dos Açores)

Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015.

- MADEIRA

[Parecer n.º 2/2016, de 28 de fevereiro](#)
(Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira)

Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2015

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2017/M, de 2 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, que regula a organização, o acesso e o exercício das atividades de mobilidade elétrica e procede ao estabelecimento de uma rede de mobilidade elétrica.

[Decreto Legislativo Regional n.º 6/2017/M, de 2 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime jurídico do processo de receção e de utilização de donativos concedidos em consequência de acidentes graves ou catástrofes que ocorram na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2017/M, de 7 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Aprova a execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2017.

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2017/M, de 8 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/M, de 25 de outubro, que aprova normas para a proteção dos cidadãos e medidas para a redução da oferta de «drogas legais».

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2017/M, de 9 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria a Área Protegida do Cabo Girão.

14. SAÚDE

[Despacho n.º 1774-A/2017, de 24 de fevereiro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Define regras de organização e mecanismos de gestão referentes ao Registo Nacional de Utentes (RNU), bem como estabelece os critérios e os procedimentos de organização e atualização das listas de utentes nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) e nas suas unidades funcionais.

[Despacho n.º 1788-B/2017, de 27 de fevereiro](#)
(Finanças e Saúde - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Saúde)

Define as zonas geográficas carenciadas, por estabelecimento de saúde e especialidade médica, para as áreas profissionais de medicina geral e familiar e de saúde pública e para a área hospitalar e especialidade médica indicadas, em 2017, para efeitos de atribuição dos incentivos à mobilidade de trabalhadores médicos.

[Lei n.º 7/2017, de 2 de março](#)
(Assembleia da República)

Procede à vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à tabela II-A.

[Portaria n.º 92/2017, de 2 de março](#)
(Saúde)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

[Portaria n.º 92-E/2017, de 3 de março](#)
(Saúde)

Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço de dispositivos médicos para apoio a doentes com incontinência ou retenção urinária, destinados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde.

[Portaria n.º 92-F/2017, de 3 de março](#)
(Saúde)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 284/2016, de 4 de novembro, que estabelece o regime de comparticipação dos dispositivos médicos, para apoio aos doentes ostomizados, destinados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde.

[Despacho n.º 1877/2017, de 6 de março](#)
(Saúde - Gabinete do Ministro)

Determina que a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), deve criar uma Unidade de Apoio ao Grupo de Prevenção e Luta contra a Fraude no Serviço Nacional de Saúde (SNS), cuja missão consistirá na recolha e tratamento dos dados necessários à atividade do Grupo, tendo em consideração o seu âmbito de atuação e o objetivo específico do combate à Fraude.

[Portaria n.º 101/2017, de 7 de março](#)
(Saúde e Mar)

Define os procedimentos relativos à emissão do certificado médico para marítimos, aprova o respetivo modelo e define o grau de discricionariedade permitido aos médicos reconhecidos na aplicação das normas médicas.

[Despacho n.º 2018/2017, de 9 de março](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina os requisitos técnicos gerais e específicos aplicáveis a dispositivos médicos para apoio a doentes com incontinência ou retenção urinária no regime de comparticipação.

[Despacho n.º 2019/2017, de 9 de março](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina o preço máximo fixado (PVP máximo), por grupo de dispositivo médico, bem como os requisitos técnicos gerais e específicos aplicáveis a dispositivos médicos para apoio a doentes ostomizados no regime de comparticipação.

15. SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 97/2017, de 7 de março](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2017.

[Portaria n.º 98/2017, de 7 de março](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais, para o ano de 2017.

[Portaria n.º 99/2017, de 7 de março](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece a idade de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2018.

[Portaria n.º 100/2017, de 7 de março](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Cria o Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

[Portaria n.º 102/2017, de 8 de março](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, que aprova os estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P.

16. TRANSPORTES

[Decreto-Lei n.º 24/2017, de 1 de março](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Procede à segunda alteração da Lei n.º 16/2011, de 3 de maio, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2016/882/UE, da Comissão, de 1 de junho de 2016, que altera a Diretiva 2007/59/CE, de 23 de outubro de 2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita aos requisitos linguísticos dos maquinistas.

[Portaria n.º 94/2017, de 6 de março](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Procede à vigésima alteração à Portaria n.º 50/95, de 20 de janeiro, que estabelece uma cobrança de taxas de rota no espaço aéreo nas regiões de informação de voo (RIV).

[Portaria n.º 95/2017, de 6 de março](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Determina o quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo dos serviços de navegação aérea de terminal, prestados pela Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E. P. E.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Dados Gerais:

Análise Jurídica	Lei n.º 24/96
Dados Gerais	
Informação Detalhada	Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31
<input type="checkbox"/> Notas Pessoais	Tipo Diploma: Lei
<input type="checkbox"/> Guias Práticos	Número: 24/96
Newsletters Digesto	Data Assinatura: 1996-07-31
	Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 176, de 1996-07-31, Pág. 2184
	RESUMO
	Lei de Defesa do Consumidor.

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Aplica/Regulamenta:

APLICA/REGULAMENTA

Foi encontrada 1 associação.

Data

Texto

Al. d) do art. 164º e nº 3 do art. 169º da CRP

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Aplicado por/Regulamentado por:

Análise Jurídica
Lei n.º 24/96

Dados Gerais

Informação Detalhada

Notas Pessoais

Guias Práticos

Newsletters Digesto

Direito Comunitário

Regulamentação

Modificações

Retificações

Outras Bases de Dados

Parlamento

Exportar

Imprimir

Lei n.º 24/96

Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31

Outros Tipos:

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR

Foram encontradas 14 associações.

1 2 > >> Pág. 1 de 2

Data	Texto	Diploma
2013-01-16	DEC LEI.5/2013.16.01.2013.MEE, DR.IS [11] de 16.01.2013 (Art. 22º)	Decreto-Lei n.º 5/2013 - Diário da República n.º 11/2013, Série I de 2013-01-16
2008-02-18	DESP.4210/2008.18.02.2008.SECSDC-MEI, DR.IIS [34] de 18.02.2008 (Art. 1º e al. o) do nº 1 do art. 18º)	Despacho n.º 4210/2008 - Diário da República n.º 34/2008, Série II de 2008-02-18
2005-11-28	DEC LEI.205/2005.28.11.2005.MEI, DR.IS-A [228] de 28.11.2005	Decreto-Lei n.º 205/2005 - Diário da República n.º 228/2005, Série I-A de 2005-11-28
2005-10-10	DEC LEI.170/2005.10.10.2005.MEI, DR.IS-A [194] de 10.10.2005	Decreto-Lei n.º 170/2005 - Diário da República n.º 194/2005, Série I-A de 2005-10-10

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Modificações Produzidas:

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS	
Data	Texto
1981-08-22	Revoga a Lei 29/81 de 22-Ago DR.IS [192], considerando-se feitas à presente lei as referências à lei agora revogada

[Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Modificações Sofridas:

The screenshot shows a web interface for a legal database. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Guias Práticas', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', 'Outras Bases de Dados', 'Parlamento', 'Exportar', and 'Imprimir'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and shows the original law's details: 'Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31'. Below this is a search bar for 'Outros Tipos' and a 'Pesquisar' button. The section 'MODIFICAÇÕES SOFRIDAS' indicates that 7 associations were found. A table lists the following modifications:

Data	Texto	Diploma
2014-07-28	Alterados os arts. 8.º (na redação da Lei 10/2013, de 28-jan), 9.º (na redação da Decl-Ret. 16/96, de 13-nov), 11.º, 13.º, 21.º e 22.º e aditados os arts. 9.º-A, 9.º-B, 9.º-C e 9.º-D ao presente diploma, pelo(a) Lei n.º 47/2014 - Diário da República n.º 143/2014, Série I de 2014-07-28, que o repub ...	Lei n.º 47/2014 - Diário da República n.º 143/2014, Série I de 2014-07-28
2013-01-28	Alterado, a partir de 28.04.2013, o art. 8º pela LEI 10/2013.28.01.2013.AR, DR.IS [19] de 28.01.2013	Lei n.º 10/2013 - Diário da República n.º 19/2013, Série I de 2013-01-28
2005-04-15	Determinada a transição para o Ministério da Economia e da Inovação do Conselho Nacional do Consumo (integrado na Presidência do Conselho de Ministros), criado no presente diploma, e cujo regime jurídico foi regulamentado no Dec Lei 154/97, de 20-Jun, pelo DEC LEI.79/2005.15.04.2005.PCM, DR.IS-A [74] ...	Decreto-Lei n.º 79/2005 - Diário da República n.º 74/2005, Série I-A de 2005-04-15

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Retificações:

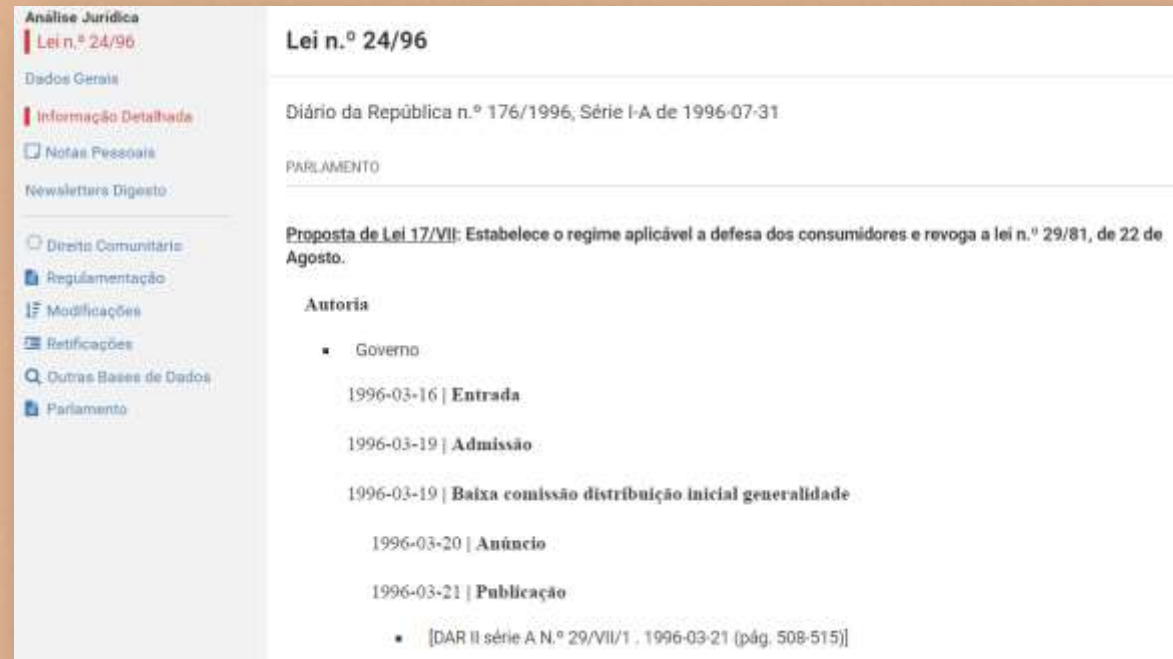
The screenshot shows the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with categories like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Guias Práticos', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', 'Outras Bases de Dados', 'Parlamento', 'Exportar', and 'Imprimir'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and includes the text 'Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31'. Below this is a search bar for 'Outros Tipos' and a 'Pesquisar' button. A section titled 'RECTIFICADO POR' states 'Foi encontrada 1 associação.' and contains a table with the following data:

Data	Texto	Diploma
1996-11-13	Rectificada pela DECL-RECT.16/96.13.11.1996.AR, DR.IS-A [263] de 13.11.1996	Declaração de Rectificação n.º 16/96 - Diário da República n.º 263/1996, Série I-A de 1996-11-13

Below the table is a link: [Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas](#)

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)



The screenshot displays the Digesto website interface for Lei n.º 24/96. On the left is a navigation menu with options: 'Análise Jurídica' (selected), 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', 'Outras Bases de Dados', and 'Parlamento'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and includes the following information:

- Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31
- PARLAMENTO
- Proposta de Lei 17/VII:** Estabelece o regime aplicável a defesa dos consumidores e revoga a lei n.º 29/81, de 22 de Agosto.
- Autoria**
 - Governo
 - 1996-03-16 | **Entrada**
 - 1996-03-19 | **Admissão**
 - 1996-03-19 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**
 - 1996-03-20 | **Anúncio**
 - 1996-03-21 | **Publicação**
 - [DAR II série A N.º 29/VII/1 . 1996-03-21 (pág. 508-515)]

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (1):

The screenshot shows the search interface for Lei n.º 24/96 on the Digesto website. The left sidebar contains navigation options: 'Análise Jurídica' (selected), 'Lei n.º 24/96', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Retificações', 'Outras Bases de Dados', and 'Parlamento'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and shows the source 'Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31'. Below this is a search section with a 'CAMPOS DE PESQUISA' header, a 'Base de dados:' dropdown menu set to 'Supremo Tribunal de Justiça', and a 'Palavra Chave:' text input field containing 'Lei n.º 24/96'. A search tip suggests using natural language or operators like AND, OR, NOT, NEAR, SENTENCE, PARAGRAPH, and *. A blue 'Pesquisar' button is located below the search fields. The results section shows '59 resultado(s) encontrados' and a table with the following data:

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	01/11/2017	2544/13.11(per.g) s1	Alexandre RES	Contrato de Seguro Forma do Contrato Apólice Formalidades AD Substituíam Proporção de Seguro

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (2):

The screenshot shows the search results for Lei n.º 24/96 on the Digesto website. The interface includes a sidebar with navigation options, a search bar, and a results table.

Análise Jurídica
Lei n.º 24/96
Dados Gerais
Informação Detalhada
Newsletters Digesto

Questão Comunitária
 Regulamentação
 Modificações
 Retificações
 Outras Bases de Dados
 Parlamento

Lei n.º 24/96

Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:
Supremo Tribunal Administrativo

Palavra Chave:
lei n.º 24/96

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

6 resultado(s) encontrados

	Série	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	11/21/2013	0288/13	Fres Esteves	Inspeção Periódica Obrigatória Concurso Critérios de Classificação e Irtiduação
<input type="checkbox"/>	00/26/2006	014/06	JOÃO Belchior	Conflito de Jurisdição Provisória Castele não Especificada Questão Fiscal

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (3):

The screenshot shows the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', and 'Informação Detalhada'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and includes the following information:

- Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31
- CAMPOS DE PESQUISA
- Base de dados: Tribunal da Relação do Porto
- Palavra Chave: lei n.º 24/96
- Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND, OR, NOT, NEAR, SENTENCE (na mesma frase), PARAGRAPH (no mesmo parágrafo), e* (truncatura à direita e/ou à esquerda).
- Pesquisar
- 79 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	12/15/2016	103/15.889pt.61	Jorge Seabra	Contrato de Empregada Empregada de Circunome Defeitos Caducidade Ónus da Prova

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (4):

The screenshot shows the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Lei n.º 24/96', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Newsletters Digesto', 'Direito Comunitário', 'Regulamentação', 'Modificações', 'Ratificações', 'Outras Bases de Dados', and 'Parlamento'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and shows the 'Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31'. Below this is a search section with a dropdown menu for 'Base de dados:' set to 'Tribunal da Relação de Lisboa' and a text input for 'Palavra Chave:' containing 'lei n.º 24/96'. A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search results, it indicates '123 resultado(s) encontrados' and displays a table with the following data:

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	09/29/2016	1388/08.015ml.11.2	Jorge LEAL	Veículo Automóvel Defeito da Coisa Garantia de BOM Funcionamento OMUS de Prova Privação de USO

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (5):



The screenshot shows the Digesto website interface for searching legal documents. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Dados Gerais', and 'Regulamentação'. The main content area is titled 'Lei n.º 24/96' and shows the document's origin: 'Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31'. Below this is a search section with a dropdown menu for 'Base de dados' (set to 'Tribunal da Relação de Lisboa') and a text input for 'Palavra Chave' (set to 'lei n.º 24/96'). A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search results, it indicates '123 resultado(s) encontrados' and displays a table with columns for 'Sessão', 'Processo', 'Relator', and 'Descrição'. The first row shows a session from 09/20/2016, process number 1138/98, relator Jorge LEAL, and a description of vehicle-related legal issues.

Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/> 09/20/2016	1138/98,0100/11-3	Jorge LEAL	Veículo Automóvil Defeito de Coisa Garantia de BCM Funcionamento Ónus da Prova Privação de LSO

Lei n.º 24/96, de 31 de julho (Estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:



The screenshot shows the search results for 'Lei n.º 24/96' on the Digesto website. The page title is 'Lei n.º 24/96'. Below the title, it indicates the source: 'Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31'. There is a search bar with 'Procuradoria Geral da República' entered. The search results show 'Lei n.º 24/96' as the key word. A search tip suggests using natural language or search operators like AND, OR, NOT, NEAR, SENTENCE, PARAGRAPH, and *. Below the search bar, there is a 'Pesquisar' button. The results section shows '7 resultado(s) encontrados'. A table lists the results, with the first one being 'Serviços Públicos Essenciais' by 'Estêves Remédio'.

Data Votação	Parecer	RE	1º Descritor	Relator
02/12/2009	P000532008	14296	Serviços Públicos Essenciais	Estêves Remédio

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão